



O PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

José Luíz Feio Obino

Durante a segunda metade do século XV era a Europa sacudida pelo Renascimento, motivando uma mudança nas relações dos Estados com a Igreja e marcando a transição para a Idade Moderna.

As descobertas europeias decorrentes das grandes navegações marcaram aquela época, traduzindo a busca incessante de novos caminhos para as Índias, bem como o desenvolvimento de novos mercados no Atlântico. A dominação turca do Mediterrâneo transferiu do Atlântico a importância do "Mare Nostrum".

Naquele final de século, os otomanos já dominavam os Balcãs, o Egito e a Pérsia e haviam ocupado Constantinopla, importante mercado italiano, interrompendo o co-

mércio marítimo das nações, principalmente italianas, com o oriente, cujas especiarias, transportadas por caravanas, chegavam aos portos do Mar Negro e do Mediterrâneo Oriental para embarque nas frotas venezianas e genovesas. Como conseqüência, as cidades italianas mais prósperas entravam em decadência.

É ainda nesse século, em 1465, que os livros adquirem nova dimensão em Florença, com a introdução da imprensa, permitindo divulgar os conhecimentos da antiguidade clássica e ampliar o saber e a cultura da sua sociedade, limitada até então, àqueles que lograssem acesso aos raros livros manuscritos, normalmente, em latim.

Presenciava-se uma Itália fraca e dividida com suas províncias se

destruindo entre si, invadida pelos turcos que chegaram a ocupar Otranto e atacada e ocupada pelos franceses, alemães e espanhóis, diante de um papado em crise de caráter moral.

É dentro desse cenário que Maquiavel se encontra com a História, vivendo um período rico de acontecimentos político-militares e sócio-culturais, aliado a sua aguda inteligência que o amadurece na intimidade dos livros clássicos de seu pai.

Vejamos então como Maquiavel marcou sua presença na História, analisando as experiências por ele vividas, comentando as suas considerações de ordem política e militar expressas em *O Príncipe*, discutindo a sua tese e abordando a influência da sua teoria na Idade Moderna.

Maquiavel e a História

Foi na segunda metade do século XV e início do século XVI, que o florentino Nicolo Machiavelli viveu de forma intensa momentos e circunstâncias históricas não só da Itália, mas principalmente da sua província, Florença, que juntamente com Veneza e Gênova, era das mais ricas e influentes da Europa.

Os fatos e acontecimentos do Renascimento Italiano lhe proporcionaram valiosos dados e subsídios para os seus estudos e análises de diversas questões políticas, diplomáticas e militares. Suas idéias resultavam do inter-relacionamen-

to da realidade com a sua cultura, absorvida e forjada na riqueza da pequena biblioteca de seu pai, cujas obras, em sua maioria manuscritos, tratavam do passado clássico, sobretudo da história da Roma Antiga.

O lastro cultural adquirido e amadurecido por esse florentino na riqueza da biblioteca do seu pai, nas primeiras três décadas da sua vida, seria de extrema importância para o seu trabalho junto ao poder político da República de Florença.

Durante o seu convívio com o poder, Maquiavel granjeou a simpatia dos superiores da República pelo que de admirável eram os seus lúcidos e proféticos pareceres políticos e relatórios diplomáticos que apresentava sobre as questões do Estado e das suas mais complexas e delicadas missões que a República lhe cometeria.

Seu trabalho, como secretário da segunda chancelaria, destinada ao trato dos assuntos internos e da guerra, era marcado por uma extremada paixão política e pelo fascínio que a intimidade com o Poder lhe causava. Havia, no entanto, uma subordinação à primeira chancelaria, que cuidava das relações externas.

Sua reputação logo se firmou no trabalho competente e nos escritos concisos e lógicos de assessoramento político e militar decorrentes das atividades normais e da guerra de Pisa, com que se viu envolvido ao iniciar as suas tarefas no governo. A sua emergente repu-

tação lhe valeu várias missões no exterior para negociar assuntos delicados, tais como questões de soldo dos *condottieri* a serviço de Florença, obtenção de soldados para o Exército e aquisição de munição. Os resultados favoráveis das difíceis negociações causaram a melhor das impressões ao governo florentino.

A medida que o secretário se desincumbia das suas missões no exterior, transformava-se no mais exímio dos diplomatas da Itália.

Isto lhe valeu a importante missão de explicar a Luís XII, Rei da França, a difícil situação de Florença com a ajuda militar francesa para reconquistar Pisa, que se mostrara ineficaz e desastrosa pela baixa qualidade dos soldados.

As *démarches* entre os dois Estados foram morosas, o que possibilitou a Maquiavel conhecer em detalhe um Estado Monárquico. A oportunidade da missão ampliava, assim, o horizonte político e diplomático do funcionário florentino que por quatro meses conviveu com a corte francesa, acompanhando-a por toda a França, a despeito do hostil convívio do ambiente real. Outras duas missões à França, mais tarde, lhe foram cometidas.

Acumulava, assim, Maquiavel um conhecimento profundo da psicologia e organização político-militar francesa.

Maquiavel, mais tarde, participou de negociações com Cesar Borgia. Em sua segunda missão, o

secretário foi portador de uma mensagem de fidelidade do governo florentino a ele, tendo permanecido quatro meses a seu lado colhendo ensinamentos e observando sua marcante personalidade política e conduta militar.

Outras missões diplomáticas e políticas foram realizadas pelo secretário florentino junto ao Papa e a cidades italianas.

A Alemanha lhe proporcionou um estudo e análise das questões político-militares, quando lá esteve por seis meses como enviado de Florença para assegurar, com o Imperador Maximiliano, o domínio florentino da República, caso fosse empreendida a expulsão dos franceses da Itália.

Sua vivência e extraordinária cultura da Grécia Antiga e da República de Roma lhe valeram, também, o papel de primeiro estrategista moderno, quando se dedicou à organização do Exército com o propósito de dar à Florença tropas leais e disciplinadas. Empenhou-se, como Secretário da Milícia, no seu fortalecimento e comandou a vitória sobre Pisa após quinze anos de luta.

Com o agravamento das relações do Papa com o reino de França, no início do século XVI, Florença, certamente, seria envolvida pelos acontecimentos militares que pudessem ocorrer. Isto levou Maquiavel a se preocupar com as defesas e composição do Exército florentino.

A derrota militar franco-florentina e o retorno dos Medici ao poder fizeram com que Maquiavel caísse em desgraça, o que marca o início do terceiro período de sua vida.

Para quem conviveu com o poder, durante quatorze anos, esta nova fase transforma-se em um pesadelo marcado pelo inconformismo que lhe moveu inúmeras tentativas para que Francisco Vettori, embaixador junto ao Papa, intercedesse a seu favor, visando o seu retorno às atividades públicas do estado Florentino, com as quais se identificara.

Nesse período de ostracismo político, a par dos seus modelares relatórios elaborados durante a República, Maquiavel revelou toda a sua maturidade intelectual como escritor, produzindo suas mais célebres obras, das quais destacam-se *O Príncipe*, *Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio* e *Arte da Guerra*.

Mesmo inconformado em não poder colaborar com o governo, diretamente, Maquiavel produziu vários pareceres para o amigo Francisco Vettori sobre questões políticas, envolvendo as relações do Papa com outros Estados.

Além disso, suas qualidades de assessor e negociador fizeram com que alguns comerciantes de Florença lhe incumbissem missões comerciais para defender seus interesses.

Nos últimos anos de sua vida, desempenhou missões secundárias; foi historiador de Florença e chefiou um órgão recém-criador pelo governo para cuidar de fortificações.

Assim, a experiência desse homem encerra um misto de intelectualidade do passado clássico com a intimidade do Poder do Estado do Renascimento Italiano, quando se revela o político, o diplomata, o estrategista, o filósofo da História e o escritor político renascentista.

Será verdadeira a Teoria Maquiaveliana?

As obras de Maquiavel tratam da arte de conquistar e preservar o poder e da arte da guerra.

Segundo o pensador florentino, o conselheiro dos príncipes somente se devia preocupar em satisfazer os desejos de seus soberanos. O seu livro mais famoso e conhecido — *O Príncipe* — foi idealizado e escrito, levando em conta tal preocupação e os valores culturais da época em que viveu. Há quem diga que esse tratado político revolucionário foi uma obra de conveniência, defendendo o Estado Monárquico Absoluto, dedicada a Lourenço de Medici, com o propósito de retornar ao convívio com o poder do Estado, por não se conformar em viver em desgraça depois de ter dado tanto de si à República Florentina. Apesar de ser verdadeira a pretensão de

Maquiavel, *O Príncipe*, escrito simultaneamente com os *Comentários da Primeira Década de Tito Lívio*, traduz um pensamento coerente com as teorias contidas naquela outra obra que idealiza o Estado Republicano, como um desdobramento final do Estado Monárquico defendido por ele em *O Príncipe* para a unificação da Itália.

As considerações de ordem política e militar do livro encerram regras de conduta destinadas a assegurar o poder centralizador do príncipe. O conteúdo político não tardou em desencadear uma tempestade, diante do problema crucial da moral e ética. Maquiavel separara a política da moral, concebendo a natureza humana de forma imutável.

Crossmann, em sua obra *Biografia do Estado Moderno*, apresenta Maquiavel como um ser humano moral partidário da liberdade, imparcialidade das leis e princípios de uma religião sadia.

A Igreja, à época, em nada poderia contribuir para os valores que ele defendia. Como fazer sobreviver um Estado onde a moral falhara? A solução era uma doutrina forte para mudar os valores.

Maquiavel focaliza, inicialmente, no seu livro, os vários principados do Renascimento, analisando suas características, o modo de governá-los e a maneira de conquistar novos principados. Ao analisar "de que modo se devam governar

as cidades ou principados", ressalta a importância do controle do Estado. Para esse controle, sugere três métodos: destruí-lo, morar lá em pessoa e permitir que viva segundo suas leis com um governo de confiança. Levando em conta exemplos da Grécia Antiga e da República Romana, aconselha os dois primeiros métodos como os mais seguros, sendo que no segundo, preconiza a eliminação da dinastia do príncipe destronado.

Ao concluir essa parte inicial, o autor se atém aos aspectos militares de forma crítica, procurando alertar os governantes para os perigos das tropas mercenárias e a confiabilidade das milícias nacionais. Maquiavel, de forma objetiva, resume sua preocupação com a segurança do Estado, revelando-se um defensor incontestado das milícias que consagram os princípios dos Exércitos nacionais, baseados na conscrição dos soldados no seio da sua população. Acreditava ele, com muita propriedade, que os exércitos mercenários e as tropas auxiliares a serviço dos Estados careciam de lealdade e confiabilidade para com os governantes. Maquiavel busca, com a sua milícia, superar os perigos que a covardia das tropas mercenárias e o valor das auxiliares representavam para o príncipe. Quando no governo contribuiu para elaboração da ordenança, que estabelecia o serviço militar obrigatório para todos os homens entre 18 e 30 anos.

A sua concepção militar estava impregnada de certo sentido nacional próprio das Falanges Gregas e das Legiões Romanas. Dizia Maquiavel que "sem ter armas próprias, nenhum principado está seguro; ao contrário, fica ele totalmente à sorte".

Ademais, o estrategista florentino discorre sobre o papel do príncipe como Comandante de suas tropas, seu organizador e disciplinador, por achar que o Poder Militar, aliado ao Poder Político era a única forma que garantia a liberdade do Estado.

Era preciso que os governantes italianos, na época afeitos apenas ao comércio, voltassem seu pensamento para a arte da guerra, uma vez que a preservação deles no poder dependia da força militar.

Recomendava, também, ao príncipe como Comandante, o planejamento e o adestramento das suas tropas, através de exercícios práticos e mentais, observando os ensinamentos da História.

Maquiavel, assim, já colocava a força militar como um instrumento do Estado, adequada à natureza de sua política. Do mesmo modo que a religião, Maquiavel subordinava a guerra à política, antecipando-se em três séculos a Clausewitz, que de acordo com Felix Gilbert, "não desprezou a teoria fundamental de Maquiavel, mas incorporou-a na sua própria" (7:25).

Concluídas as considerações de ordem militar, Maquiavel passa a

tratar dos problemas de governo descrevendo "os modos e o proceder de um príncipe para com os súditos e os amigos (11:89). É nesta parte da obra que reside a polêmica, fruto do seu pensamento revolucionário. A política surge como um objetivo maior desvinculado dos aspectos morais. Trata-se de um conceito basilar que norteará as demais considerações políticas da sua obra. Robert B. Downs anota o capítulo "De que modo os príncipes devem manter a fé da palavra dada" como o mais célebre dentre os demais (4:23). Tal capítulo expressa a "intuição básica da política maquiavélica, simbolizada no Centauro, política para a qual é necessário saber bem usar o animal e o homem", segundo Lauro Escorel (5:68). Assim sendo, os príncipes deviam agir de duas maneiras: politicamente por meio das leis e militarmente através da arte da guerra.

Ainda Maquiavel mostra que residem na falta de espírito militar e na inimizade do povo, as razões "por que os príncipes da Itália perderam os seus Estados". O autor ainda coloca a questão do querer em relação à fortuna, destacando os riscos que os príncipes correm quando se apoiam exclusivamente na sorte a qual, no seu entender, pode ser dominada pela vontade humana.

Finalmente, Maquiavel termina a sua obra exortando um novo príncipe a salvar a Itália, libertan-

do-a definitivamente da dominação estrangeira, sonho que só se realiza no século XIX, pela falta de uma consciência política na Itália no século XVI.

A doutrina de Maquiavel ainda comporta um outro ponto relacionado com o poder, que é a *razão de estado*. Ela traduz a norma de ação política dos homens de governo, os quais, conscientes do próprio poder e afeitos à conjuntura, buscam alcançar os objetivos essenciais do Estado. Assim, a razão de estado comporta uma racionalidade pragmática com a política. É a falta desse entendimento que leva as pessoas a resumirem sua tese em "os fins justificam os meios". Essa conhecida frase, encontrada em traduções, inexistente nos originais da sua obra. Tem razão Carl J. Friedrich, ao chamar a atenção para o fato de alguns tradutores interpretarem diferentemente a expressão de Maquiavel, de que "toda ação é designada em termos do fim que procura atingir". Entende ainda Friedrich que a expressão não é fiel ao seu verdadeiro pensamento, porque o seu interesse não estava em qualificar os meios, mas sim em considerá-los de forma racional.

A colocação da questão por Lauro Escorel é bastante semelhante, quando diz que Maquiavel acreditava que o homem de Estado só seria julgado pelo seu sucesso e não pelos meios empregados para alcançá-los. Acrescenta Esco-

rel que, "para Maquiavel, não existiam meios *a priori* bons e meios *a priori* maus: encarando a política como uma técnica, ele só julgava os meios *a posteriori*, isto é, em função de sua eficiência prática, fosse para conservar ou conquistar o poder, fosse para promover o bem coletivo".

A melhor das interpretações parece caber a Francisco Ercole, quando afirma que o conceito de virtude de Maquiavel "prescinde de modo absoluto de qualquer critério de moral de avaliação de atividade humana". Maquiavel, para ele, nunca tratou diferentemente as ações morais e imorais, apesar de fazer distinção entre elas. Para Maquiavel, a questão reside no homem revelar a sua capacidade de agir conquistando o fim em vista, através do uso racional de meios adequados ao momento, para fazer o bem quanto para fazer o mal.

Parece que a questão reside na comparação da racionalidade dita pela coisa do Estado com certas convicções de ordem moral e religiosa.

Quero crer, portanto, que a propriedade da expressão, extrapolada da teoria política de Maquiavel, é bastante questionada, quando olhada de maneira simplória. É preciso entendê-la no tempo e, portanto, à luz dos valores culturais, balizadores que são do comportamento das sociedades.

A essência da crítica de *O Príncipe*, parece estar contida na forma como o autor vê a natureza humana. Maquiavel considera a natureza humana imutável por não visualizar, à época, as mudanças sociais quase que inexistentes e que hoje são freqüentes, tornando o ambiente turbulento. Lauro Escorel foi muito feliz na sua crítica, quando diz que Maquiavel “carecia de uma concepção da evolução histórica, não podendo conceber ainda a idéia de progresso”. Gaetano Mosca, do mesmo modo, afirma que “ele se equivocara quando acreditava que era suficiente imitar os antigos para obter os mesmos resultados que aqueles”. Mosca, ainda, critica a apreciação que Maquiavel fazia dos homens, porque só apresentara parte da verdade. Ele não fora capaz de reconhecer a existência de indivíduos altruístas e generosos, inclusive como ele, que fora bastante moral na sua vida.

Outro crítico de *O Príncipe* foi Kar W. Deutsch, que aponta a falta de visão de Maquiavel das grandes mudanças econômicas e sociais que ocorriam na ocasião e que tiveram profundas repercussões na política da Itália. Essas mudanças decorriam da perda de controle do Mediterrâneo pela Itália com reflexos no seu comércio, diante da conquista pelos turcos de Constantinopla e do Mediterrâneo oriental; da importância do Atlântico no comércio devido às grandes

navegações que possibilitaram o descobrimento de um novo caminho para as Índias e de novas terras; e da reforma iniciada por Lutero, que influíra nos donativos e na peregrinação destinada a Roma. A falta de visão desses acontecimentos nos leva a acreditar que seu pensamento limitara seu horizonte, de forma obsessiva, ao campo político-militar deixando de considerar, como já vimos, a evolução social e econômica dos povos.

Apesar das críticas, *O Príncipe* reflete com fidelidade o universo de fatos e observações da época na Itália e encerra a doutrina do poder político-militar a ser exercido por um superpríncipe.

A doutrina concebida em *O Príncipe* e complementada pelas suas demais obras traduz um dos princípios básicos da moderna teoria política e militar.

Nos dias de hoje busca-se analisar a obra em conjunto com as demais, situando-as no momento histórico, para que se tenha uma visão completa do pensamento de Maquiavel.

A validade da obra de Maquiavel, no presente, irá depender da compreensão dos seus conceitos político-militares, à luz dos atuais valores sócio-culturais que se inter-relacionam com a consciência moral e os direitos individuais do ser humano.

Influência da Teoria na Idade Moderna

O Príncipe, publicado após sua morte, não tardou em ser condenado por católicos e protestantes que denunciavam o pensamento florentino como o pregador do arbítrio e da crueldade.

A teoria de Maquiavel se contrapuseram os antimachiavelistas, dos quais Frederico, o Grande, é um deles. Entretanto, sua atuação política foi marcadamente maquiavélica.

Cromwell, ministro de Henrique VIII, sofreu enorme influência, tendo classificado *O Príncipe* como a "quintessência da sabedoria política" (19:507).

Até o século XVIII identificamos os machiavelistas como o siciliano Cipião de Castro, o francês Gabriel Naudé e o anônimo veneziano, provavelmente o monge Paolo Sarpi, que procuraram tirar da obra lições práticas e conselhos para os governantes.

No século XIX, a influência do Mestre se fez sentir nos movimentos revolucionários, provocando uma tendência absolutista, bem como separatista entre o Estado e Igreja. Na Itália, finalmente, suas idéias foram fielmente seguidas e aperfeiçoadas pelo Conde Cavour em sua luta pela libertação e fundação do novo Estado.

Influência maléfica de sua obra sofreram Luiz XIV, Napoleão, Bismarck e no atual século, Mussolini e Hitler, que perderam o senso da

medida e dos limites na condução política do Estado.

No Brasil, a influência de Maquiavel ocorre na República. Mas é na década dos 30 que sua teoria é lembrada. A obra *Maquiavel e o Brasil*, de Octávio de Farias, confirma esta observação por traduzir o remédio do autor para a situação do país. Vejamos como Octávio de Farias colocava a questão em um trecho da sua obra:

"Diante da nossa desordem brasileira, ninguém mais útil que Maquiavel. Nós que vivemos a desordem universal no que ela tem de pior — de menos grandioso e de mais anárquico — devemos voltar os olhos para esse homem que tem à nossa disposição as regras, comuns e de exceção, de que mais precisamos e de que menos temos noção".

Assim, o Estado Novo parece encerrar a aplicabilidade da teoria como solução para os perigos do comunismo e do integralismo. Além disso, o movimento de 64 parece ter adotado a essência de algumas idéias para a preservação do poder revolucionário.

Resta-me, finalmente, dizer que as modernas ditaduras e revoluções ideológicas e religiosas do mundo de hoje imprimem um sabor todo maquiavélico, afrontando a humanidade. Assim, esperamos que os desejos de segurança e o impasse entre as superpotências não venham dar razão nova-

mente ao Maquiavel do século XVI.

Conclusão

Decorridos quase cinco séculos, a teoria do pensador florentino continua válida e presente na condução das ações políticas dos Estados modernos, sejam quais forem suas tendências ideológicas.

Ademais, sua Doutrina do Poder constitui um dos fundamentos basilares da moderna teoria política, enquanto que sua Teoria Militar traduz um dos princípios norteadores da formação atual das Forças Armadas nacionais e do seu aprestamento.

Essa teoria, a que chegou o mestre Maquiavel naquela época, era o produto mais nobre da inovação e da criatividade humana no campo político. Maquiavel revolucionara o modo de pensar, preocupando-se em analisar a realidade à luz da observação dos fatos e da sua invejável experiência, tendo em mente os exemplos da antiguidade clássica greco-romana. Foi essa forma indutiva de pensar, da qual Aristóteles foi o primeiro na análise política, que Maquiavel se utilizou para o seu trabalho, incorporando, no entanto, um novo método de ver as coisas de forma objetiva, sem se ater a questões de ordem moral e ética. Em outras palavras, sua análise indutiva não comportava julgamento de valores. Foi a criatividade do seu método

indutivo de análise da realidade, pondo à margem os valores sociais que, no meu entender, tornou Maquiavel o primeiro cientista político, ao contrário da opinião de muitos que consideram o moralista Aristóteles como o fundador da ciência política.

Assim, *O Príncipe*, na verdade, encerra um método de estudo válido ainda hoje, fundamentado nos fatos e observações da História e do presente, na sua sistematização e, finalmente, na fixação de princípios e leis.

Além disso, a obra em tela, apesar de traduzir a essência doutrinária do poder absoluto, precisa ser apreciada em conjunção com as demais obras do Mestre, para que possamos ter uma visão completa do seu pensamento e, portanto, entender a coexistência da forma monárquica absolutista com a sua admiração pelo estado republicano.

BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Complementos da Doutrina*. Rio de Janeiro, 1981. 175 p.
2. COUTINHO, Lourival. *O General Góes depõe...* 2. ed. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1956. 544 p.
3. DEUTSCH, Karl W. *Política y Gobierno*. Politics and Government. Trad. E. L. SUARES, Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1976. 608 p.
4. DOWNS, Robert B. *Obras Básicas: Fundamentos do Pensamento Moderno*. Trad. Hilda Pareto Soares Maciel & Maria Celina Deiró Hahn. Rio de Janeiro, Biblios, 1969. 296 p.
5. ESCOREL, Lauro. *Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel*. Brasília, Universidade de Brasília, 1979, 126 p.
6. FRIEDRICH, Carl G. *Uma Introdução*

- Teoria Política.* Trad. Leonidas Xansa & Luiz Corção. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 186 p.
7. GILBERT, Felix. Machiavelli: The Renaissance of the Art of war. In: Edward Mead Earle. *Makers of Modern Strategy* 2. ed. Princeton, 1973. 553 p.
 8. LUIZ, Heitor da. Maquiavel: a política que o maquiavelismo renegou. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1977.
 9. MACHIAVELLI, Nicoló Di Bernardo Dei. *A Arte da Guerra, A Vida de Castruccio Castracani, Belfagor, o Arquidiabo*. Trad. Sérgio Bath. Brasília, Universidade de Brasília, 1980. 86 p.
 10. ———. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Trad. Sérgio Bath. Brasília, Universidade de Brasília, 1979. 462 p.
 11. ———. *O Príncipe. II Príncipe*. Trad. Robert Grassi. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. 158 p.
 12. ———. *O Príncipe, anotado por Napoleão Bonaparte e Cristina da Suécia*. Trad. Aurora Pereira de Carvalho. Rio de Janeiro, 1979. 130 p.
 13. MOREIRA, Marcílio Marques. Maquiavel, mestre de príncipes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 set. 1978.
 14. MOSCA, Gaetano & BOUTHOUX Gaston. *História das Doutrinas Políticas*. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1962. 416 p.
 15. O PENSAMENTO de Nicoló Machiavelli. *Política*, out/dez 1977. Publicação avulsa do arquivo do jornal O Globo.
 16. RAPOSO FILHO, Amerino. Pensamento Político-Estratégico de Maquiavel. *Caderno de Estudos Estratégicos*,/Rio de Janeiro/1:7-15, jan. 1982.
 17. SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 415 p.
 18. VENÂNCIO FILHO, Alberto. Notas sobre Maquiavel e o Brasil. In: Universidade de Brasília. *Maquiavel: um seminário na Universidade de Brasília*. Brasília, 1981. 57 p.
 19. WELLS, H. G. *História Universal*. São Paulo, Nacional, 1942. 523 p. 2º Tomo.



O Capitão-de-Mar-e-Guerra José Luiz Feio Obino, declarado Guarda Marinha da Escola Naval em 1958, é possuidor dos Cursos de Aperfeiçoamento de Submarinos, de Assuntos Básicos da Escola de Guerra Naval, de Comando e Estado-Maior da EGN, de Tática Submarina (Brasil e Inglaterra) e Superior de Guerra Naval da EGN.